

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O MODELO DE AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA NUMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO NO SINAES

**ASSIS LEÃO DA SILVA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)  
assisleao33@gmail.com

**JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA PATRÍCIO JÚNIOR**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)  
carlos.patricio@vitoria.ifpe.edu.br

**WILMA DOS SANTOS FERREIRA**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)  
wilmadsferreira@gmail.com

**CRISTIANO DORNELAS DE ANDRADE**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
cristianodornelas@hotmail.com

### RESUMO

Aborda o desenvolvimento do modelo de avaliação democrática, na modalidade de avaliação institucional, em uma Instituição da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Comissão Própria de Avaliação (CPA) propôs a implantação e o desenvolvimento do modelo de avaliação democrática para o ciclo avaliativo. Fundamentada na teoria da avaliação democrática elaborou revisão crítica da configuração metodológica do processo de avaliação interna. Desenvolveu o processo de variação dos instrumentos de coleta de dados. Criou sistema digital de memória das atividades e uma nova sistemática de procedimentos para a participação da comissão nas avaliações de cursos e institucional, abordagem de sensibilização, divulgação dos resultados da comissão na comunidade e a criação de um sistema de regulação interna fundamentado nos diagnósticos da avaliação. Os resultados da avaliação passaram a ter agilidade e ampla divulgação. Nas avaliações externas de curso e institucional coordenadas pelo INEP, os conceitos obtidos passaram para quatro (4) e cinco (5). Antes, a participação da comunidade era de aproximadamente 150 pessoas, no segundo ano da implantação da nova metodologia, perto de 2100 pessoas.

**Palavras chave:** Avaliação institucional. Avaliação interna. Avaliação democrática. CPA. SINAES

## 1. INTRODUÇÃO

Apropriando-se dos fundamentos da teoria de avaliação democrática de Barry MacDonald (1995), o objetivo deste trabalho é o de apresentar os resultados da experiência do desenvolvimento do modelo de avaliação democrática na modalidade de avaliação institucional interna no âmbito de uma Instituição Federal de Educação Profissional, destacando o esforço da Comissão Própria de Avaliação (CPA) em desenvolver um processo de ‘inovação educativa’ (HOUSE, 2000), ressignificando a avaliação no âmbito institucional, deslocando-a da perspectiva racionalista à naturalista, promovendo sua democratização na Instituição.

A avaliação é um dos temas de destaque no âmbito das políticas educacionais. Sua visibilidade, enquanto política pública, em distintas modalidades de avaliação traz à evidência desafios e problemas aos responsáveis por tais práticas. O caso da avaliação institucional, em sua modalidade interna, em uma Instituição Federal de Educação de Educação Profissional, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), não é diferente. Especialmente, por si tratar de uma nova institucionalidade de educação profissional com múltiplas finalidades, uma delas a oferta de cursos de educação superior. Também, por buscar promover a valorização dos princípios democráticos, e da afirmação da autonomia e identidade institucional.

As instituições educacionais caracterizam-se pela pluralidade de interesses, valores, crenças e compromissos. A gestão das instituições educacionais dar-se mediante uma tradição de organização institucional historicamente construída através do consenso e tensões, entraves e possibilidades, entre os diversos setores envolvidos no processo educacional – governos, famílias, mercado, sociedade civil, gestores, professores, técnicos administrativos, alunos.

Nesse contexto, a avaliação institucional apresenta-se como uma prática avaliativa caracterizada por um processo contínuo, através do qual uma instituição gera mecanismos capazes de identificar e construir conhecimentos que lhe permita aperfeiçoar a sua gestão acadêmica e administrativa, bem como sua identidade institucional, conhecendo sua própria realidade; buscando compreender as variáveis e os indicadores relacionados ao seu desempenho e finalidades institucionais. Além disso, promover na Instituição a ampliação do alcance dos processos (valores) de democratização das tomadas de decisões e circunscrevê-los ao limiar dos critérios da transparência e da qualidade demandada pela sociedade.

Com base nesse pressuposto e, fundamentado na Lei do SINAES (Lei nº 10.861/04), cuja finalidade delineada à avaliação institucional é de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios, para a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), na Instituição em questão, propôs desenvolver novas estratégias para a reformulação dos processos de avaliação interna.

Também, elaborar a revisão crítica da configuração metodológica dos seus instrumentos e critérios, realizando análise articulada de três componentes principais do SINAES: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES), Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e Exame do Desempenho Acadêmico de seus Estudantes (ENADE), para aprimorar e adequar as práticas avaliativas da Instituição, ao nível da educação superior,

às novas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e as notas técnicas nº 062 e nº 065.

O novo Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14, estabelece em sua meta 13 elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. E uma das estratégias para alcançar esta meta refere-se a induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

A Lei nº 10.861/04, lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no seu Art. 11 afirma que “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA” e que esta Comissão apresenta “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior”. Além disso, essa Comissão apresenta um caráter relevante em relação à prestação de informações da própria Instituição, quando o Art. 12 assinala que:

Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é fundamental na sistematização de dados e juízos de valor acerca da imagem institucional perante o SINAES, inclusive para atos de fins regulatórios, de supervisão e avaliação como assinala a Lei nº 5.773/06. Por esta razão, seu trabalho justifica-se pela busca em consolidar o desenvolvimento de mecanismos de informação e avaliação, para o acesso às informações institucionais, com o intuito de potencializar os trabalhos da avaliação interna, de base formativa (SCRIVEN, 1967), democrática (MACDONALD, 1995), qualitativa (STAKE, 1967, 1994, 2011), para atender as diretrizes da Lei nº 10.861/04, conforme regulamentado na Portaria do MEC nº 2.051/04 e na Lei 5.773/06, que atribui às atividades da Comissão Própria de Avaliação e a regulação da educação superior.

Revisitando o histórico institucional, por si tratar de uma nova institucionalidade, a Instituição em questão, atendendo ao que determina a referenciada Legislação do SINAES, constituiu em 2008, por meio da Portaria nº 896/2008-GD, sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), com atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da Instituição, no que tange à Educação de nível Superior. Diante de um cenário interno desanimador, com pouco envolvimento e participação da comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, associado à fragilidade na apropriação dos diagnósticos da avaliação por parte da gestão, a CPA deliberou, no ano de 2014, mudar a concepção e prática da avaliação institucional, os resultados da implementação desta nova configuração metodológica serão destacados ao longo do corpo do trabalho.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No contexto de revisão da configuração metodológica da Avaliação Institucional na Instituição, a CPA identificou a abordagem da “avaliação democrática” de Barry MacDonald, como a que mais se aproxima da perspectiva proposta no Art. 01 e § 1º, da Lei n.º 10.861/04 que afirma

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior,

a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, **por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.** (*grifos nossos*).

Nesta citação, o SINAES apresenta quatro finalidades essenciais: a melhoria da qualidade, a orientação da expansão, o aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social. A viabilização destas finalidades é promovida por meio do princípio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dentre esses princípios, adota-se, como norte do Projeto de avaliação interna da Instituição em questão, o princípio da promoção dos valores democráticos. Dessa forma, a Instituição, através do desenvolvimento da avaliação interna, também reconhece, alinha-se e promove o princípio da gestão democrática da educação pública, umas das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), publicado na Lei 13.005/14. Em decorrência disso, nesta seção, tratar-se-á, dos fundamentos teóricos dessa abordagem no âmbito do modelo proposto por Barry MacDonald.

A estimação do estudo da natureza política da avaliação reside na perspectiva de se ter mais consciência da prática avaliativa no cenário político que condiciona a atividade de investigação, de sua projeção e função social em uma sociedade democrática. A avaliação de processo e políticas públicas, na opinião de Stake (1967), obriga os avaliadores a considerar sua contribuição à vida social e política. A partir desta contribuição, pode-se julgar e definir uma avaliação. No que se distingue um modelo avaliativo de outro, não é somente a metodologia de investigação utilizada, senão a quem se dirige e os valores que esta promove. Esta assunção da consciência da avaliação como atividade de investigação de caráter político é de vital importância, para se definirem os objetivos da avaliação e as estratégias de investigação a utilizar.

É importante destacar que a crescente aceitação do enfoque democrático de Barry MacDonald no estudo da natureza política de avaliação ocorreu devido a este modelo expressar o condicionamento político da investigação avaliativa e o reconhecimento dos valores que esta deve proporcionar numa sociedade democrática. Neste cenário, as propostas avaliativas que surgiram nos fins da década de 1960 e início dos anos de 1970 indicavam para uma maior pluralização da avaliação e métodos (STAKE, 1967; PARLETT E HAMILTON, 1972).

O fundamento da teoria de MacDonald baseia-se no pressuposto de que para se avaliar a realidade e seus significados proeminentes, é imprescindível imergir no curso real dos casos e apreciar as distintas interpretações que delas fazem aqueles que as vivenciam. Em decorrência disso, as fontes dos dados, assim como os destinatários dos informes, serão todas quanto compartilham de uma mesma instituição educativa, indicando o modelo de avaliação a ser democrático.

Entre os elementos estruturais de seu modelo democrático, MacDonald sustenta que os agentes da avaliação interna deveriam ter o direito à informação, à garantia do equilíbrio dos interesses educativos e a independência da avaliação. Segundo este teórico, as informações que a avaliação pode fornecer são determinantes, para se estabelecerem as forças e interesses proeminentes no currículo, por exemplo. Também considerava que a avaliação é um poderoso instrumento de exercício de poder na educação, e o alcance deste poder depende do acesso à informação relevante e da representação que se faz dos distintos grupos de interesses em torno das questões educacionais.

Na perspectiva apontada por MacDonald, para que a repartição e exercício do poder em um sistema social sejam, em princípio, com base em seus cidadãos é uma condição aceitável a democracia. Logo esses sistemas admitem a via de uma cidadania informada. Essa premissa sanciona a ideia de House (2000) de que a função de intermediário está relacionada com a teoria de arbitragem de governo, função do Estado em uma Sociedade pluralista.

Por este raciocínio é possível considerar *a priori* que o potencial da avaliação está associado diretamente ao grau de democracia institucional. Neste trabalho, apropriando-se de Silva (2015), define-se democracia institucional no âmbito do grau de acesso a que os indivíduos e grupos têm das informações e as tomadas de decisões. Dessa forma, quanto mais informações e acesso às tomadas de decisões os indivíduos e grupos tiverem, maior será a possibilidade de a avaliação deslocar-se da perspectiva do paradigma racionalista ao paradigma naturalista, democratizando e empoderando o processo avaliativo, distinguindo-o da perspectiva gerencialista e fragmentada e associando-o a uma perspectiva humanista e holística de avaliação (GUBA E LINCOLN, 2011).

Segundo Silva (2015) a teorização da avaliação democrática, defendida por Barry MacDonald, traz uma alternativa à autoridade da ciência, apresentando-a como uma estratégia de redução dos desequilíbrios das relações de poder características tradicionais das pesquisas das ciências sociais aplicadas. Desse modo, partindo do pressuposto do modelo de avaliação democrática, o autor ataca a ‘tradição autocrática’ por meio do enfoque de estudo de caso, por considerá-la associada à teoria e dirigida aos destinatários acadêmicos, reservando-lhes o direito de exclusividade de interpretação do mundo social. No quadro a seguir, apresentam-se suas principais críticas nesta questão:

**Quadro 01 – síntese das questões de Avaliação**

<b>Temas</b>	<b>Questões</b>
<b>Demandantes</b>	De quem são as necessidades e interesses dos que respondem à investigação?
<b>Proprietários</b>	Quem tem a propriedade dos dados (O investigador, o sujeito, o patrocinador?)
<b>Acesso</b>	Quem tem acesso aos dados (a quem se exclui ou se nega?)
<b>Validação</b>	Que categoria tem a interpretação dos fatos que tem o investigador frente às interpretações que têm os outros (quem decide qual é verdadeira?)
<b>Responsabilidade</b>	Que obrigações tem o investigador com respeito aos sujeitos, aos patrocinadores, aos companheiros de profissão e às outras pessoas?
<b>Finalidade</b>	Para quem é a investigação?

Fonte: Silva (2015, p.134).

A alternativa proporcionada pela abordagem democrática de Barry MacDonald é essencial para estudar a natureza política da avaliação e responder às problematizações elencadas no quadro acima. A possível resposta a estas perguntas, através do estudo da abordagem democrática, são um importante guia para estabelecer como o avaliador deve conduzir a investigação e qual deve ser seu papel de pesquisador social numa sociedade democrática.

Ao realizar tais questionamentos, a intenção do autor não consistia em criar realidades alternativas aos acadêmicos, mas descobrir maneiras de estimulá-los e aproximá-los nas suas visões a realidade presente e a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos, por meio da elaboração de técnicas e procedimentos mais sofisticados. Não casualmente, considerava fundamental a relação com a confidencialidade, para que o processo emergisse. Muitas dúvidas pairaram acerca desta premissa, pois muitos teóricos questionaram a possibilidade de desvios neste processo, sendo um deles a corrupção.

Portanto, pensar o modelo democrático significa, também, circunscrevê-lo numa lógica educativa em detrimento de sua estratégia de oposição à posição científica e acadêmica. Para tal, o avaliador deve considerar que a metodologia da avaliação deve ser elaborada de acordo com os processos de negociação. Seu posicionamento deve ser de orientador e de promotor do diálogo, discussão e análise, para que os envolvidos conheçam o funcionamento da instituição. Deve fomentar a iniciativa para reformular e reconduzir o desenvolvimento da instituição e apresentar-se com uma postura independente em relação à estrutura de poder.

Por esta razão, o papel do avaliador ou comissão de avaliação, nesta perspectiva, consiste em atuar como intermediário entre os distintos grupos de interesse, provendo informações para documentar e avaliar a instituição (informa e forma o julgamento), enquanto conjectura os pontos de vista e interesses dos grupos envolvidos, para que possam ser ponderados pelos tomadores de decisão.

Dessa forma, a Proposta da avaliação de MacDonald demanda uma metodologia de pesquisa fundamentada em princípios democráticos. Do mesmo modo, a avaliação tem de ser externalizada, informar publicamente o que está acontecendo e é respeitável que a linguagem e a apresentação da avaliação sejam compreensíveis tanto a especialistas, como a leigos (HOUSE, 2000). A metodologia utilizada, portanto, deve atender todos os interessados no direito em saber o que está acontecendo com a instituição. A avaliação tem que discorrer o vocabulário das pessoas comuns, não especializadas em aspectos técnicos da pesquisa acadêmica.

#### 4. METODOLOGIA

Após sucinta explanação a respeito dos fundamentos da “avaliação democrática”, nesta seção, destaca-se a metodologia implementada no desenvolvimento do projeto de Avaliação Institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, na Instituição, para subsidiar o processo de avaliação interna com a finalidade de fundamentar a regulação da comunidade, da gestão e das agências estatais no tocante à transformação da organização acadêmica no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Sua concepção de base democrática, naturalista e sistêmica visou/visa adequar-se aos requisitos de diversidade do Sistema de Educação Superior no tocante ao “respeito à diferença e à diversidade” – Art. 1º da Lei nº 10.861/04 – no que concerne à identidade e a autonomia da Instituição no SINAES.

A CPA, da Instituição em questão, norteadas pelo princípio da avaliação democrática, desenvolveu para a coleta de dados, referente à avaliação interna na Instituição, quatro instrumentos de avaliação, a saber: **o dia da avaliação, a avaliação *in loco*, as rodas de conversa e a análise de sistema.**

Estes três instrumentos foram desenvolvidos baseados nas dimensões do SINAES, estabelecidas na Lei nº 10.861/04, e articulados concomitantemente com os instrumentos da avaliação externa institucional, da avaliação de cursos e do questionário do ENADE. Além disso, tiveram como referência no âmbito interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O intuito desta articulação foi de garantir a análise global e integrada das dimensões da avaliação e uma perspectiva qualitativa, essencial num sistema de avaliação como o SINAES.

Ao longo do ciclo avaliativo, foram escolhidos pela CPA, eixos do novo instrumento de avaliação institucional desenvolvido pelo INEP, a saber – o Eixo I: Planejamento e Avaliação Institucional; o Eixo II: Desenvolvimento institucional; Eixo III: Políticas

Acadêmicas; o Eixo IV: Políticas de gestão; e o Eixo V: infraestrutura física. A partir desses eixos, foram desenvolvidos indicadores, os aspectos a serem observados e os critérios de avaliação no conjunto da Instituição.

Tradicional na Instituição, desde a primeira composição da CPA no ano de 2009, o instrumento “Dia de Avaliação” foi revisitado e reformulado, com o intuito de harmonizá-lo com os pressupostos teóricos da avaliação democrática. Uma das mudanças mais visíveis no novo formato refere-se ao sentido do instrumento, pois, na versão anterior, a comunidade usava-o no sentido de preencher uma pesquisa nos moldes da tradição científica.

A tradição científica no campo da avaliação desvela as práticas avaliativas no âmbito do paradigma positivista e caracteriza o conceito de avaliação no domínio da mensuração, dos objetivos e do juízo de valor, este último de base técnica. Distintamente desses domínios, atualmente, a avaliação interna da instituição busca romper com esta tradição, realizando práticas avaliativas que repousem no paradigma naturalista, para caracterizar o conceito de avaliação no âmbito da negociação, desvelando sua dimensão política e ética. Todavia, não abandona os conceitos da tradição anterior, a mensuração, objetivos e juízo de valor. Por esta razão, reconhece a tese da harmonização paradigmática entre as abordagens quantitativas e qualitativas no desenvolvimento das práticas avaliativas. E, conseqüentemente, o direito da comunidade de avaliar a instituição concomitantemente aos avaliadores ‘profissionais’ (pares) e os avaliadores da burocracia estatal.

Agora, diferentemente da versão anterior do “Dia de Avaliação”, a comunidade é convidada a ser avaliadora institucional. Com isso, abrangem-se dois pressupostos da avaliação democrática: a adesão voluntária e o empoderamento da comunidade, quando convidada a avaliar a Instituição. O instrumento “Dia de avaliação” é composto de três matrizes, com o intuito de abranger os três segmentos da comunidade acadêmica, quais sejam: os segmentos docente, discente e técnico-administrativo. A intenção da CPA com esse instrumento foi/é de incentivar a comunidade a realizar a avaliação, promovendo as primeiras perguntas acerca da eficácia, efetividade acadêmica e social, para gerar o debate sobre a melhoria da qualidade, da orientação da expansão da sua oferta de ensino e do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

A utilização deste instrumento pela comunidade acadêmica da Instituição ocorreu por meio do processo de negociação. Inicialmente, com a gestão central, materializado em negociações com a Pró-Reitoria de Ensino, para agendar atividade de sensibilização com os coordenadores dos cursos superiores e as Direções de Ensino dos *Campi*. A partir desta sensibilização, foi organizado um calendário de avaliação interna, de acordo com as demandas dos cursos, denominado de “Dia da Avaliação”. Nesse dia, cada curso, em conjunto com a CPA Setorial, desenvolveu sua estratégia de sensibilização nos *Campi* junto aos três segmentos da comunidade, para que estes avaliassem a Instituição. Durante essa atividade, foi ressaltada a garantia de anonimato da avaliação, o caráter formativo e não punitivo da avaliação, consoante proposta do novo projeto de avaliação interna.

Em paralelo ao “Dia de Avaliação”, a CPA desenvolveu a avaliação *in loco*, que avaliou especificamente o Eixo V – a política de infraestrutura. Semelhante ao “Dia de Avaliação” essa atividade alcançou todos os cursos superiores, em seus (7) *Campi* e a EaD. O desenvolvimento dessa atividade também ocorreu por meio da negociação. Inicialmente, com a gestão central, materializados em negociações com a Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional e a Pró-Reitoria de Ensino. Em relação à primeira, negociou-se a infraestrutura de logística (transporte e diárias); e com a segunda, a articulação da agenda de avaliação com as Diretorias de Ensino nos *Campi* e os coordenadores dos cursos superiores.

O objetivo dessa atividade, além de avaliar a infraestrutura dos cursos para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, foi o de aproximar a CPA dos coordenadores dos cursos no seu ambiente cotidiano e introduzir os seus representantes e designados, participantes da atividade,

em um contexto institucional diferente do seu *Campus* de origem. As visitas *in loco* foram realizadas por representantes da CPA externos ao *Campus* avaliado, mas sempre com o apoio da CPA Setorial. A atividade foi orientada pelo Instrumento de Avaliação *in loco*. Após a visita, os avaliadores preenchem e postavam o roteiro em formato de formulário eletrônico para o banco de dados da CPA. Este instrumento apresenta os mesmos critérios do questionário de avaliação, todavia, os avaliadores fundamentam suas avaliações com um parecer respaldado em fotografias dos ambientes avaliados e dos documentos institucionais (PDI, PPPI, PPC), acrescidos das avaliações de curso, e institucional externa, anteriores designadas pelo INEP.

Concomitante às visitas *in loco* e ao “Dia da Avaliação”, a CPA promoveu a realização de (33) trinta e três Rodas de Conversas nos cursos superiores da Instituição. Nestas rodas de conversas, foram ouvidas e anotadas, separadas por segmentos nos cursos, as preocupações, inquietações, reivindicações e sugestões dos docentes, discentes e técnico-administrativos em relação ao curso, ao *Campus* e à Instituição no tocante ao Eixo V, com a dimensão infraestrutura. Dessa forma, a CPA rompeu os limites iniciais do instrumento do “Dia de Avaliação”, em que ela sugeriu as perguntas iniciais da avaliação, repassando essa responsabilidade à comunidade circunscrita às dimensões e indicadores avaliados no ciclo avaliativo.

Também, instituiu sistema digital de memória das atividades de avaliação interna, uma nova sistemática de procedimentos para a participação da comissão nas avaliações de cursos e institucional, de abordagem de sensibilização, coleta de dados e divulgação dos resultados da comissão na comunidade, cadastro de todos os avaliadores (docentes, discentes e técnico-administrativos) e a criação de um sistema de regulação interna fundamentado nos diagnósticos da avaliação.

A partir dessa vivência, a CPA buscou aprofundar e desenvolver em paralelo a outro enfoque de avaliação, a análise de sistema. Segundo House (2000), tradicionalmente, este enfoque destaca os diagnósticos proeminentemente a partir de dados quantitativos e voltados essencialmente para a gestão. Através desta experiência, a CPA acrescenta outro destinatário a estas informações, a comunidade. O objetivo é proporcionar, gradativamente, mais informações sobre a Instituição, para democratizar as tomadas de decisão e desenvolver um sistema de monitoramento das ações institucionais oriundas dos diagnósticos da avaliação institucional no ciclo avaliativo que se inicia. Além disso, proporcionar mais subsídios à comunidade para qualificar os debates nas futuras rodas de conversas a respeito da Instituição.

No tocante ao relatório parcial e final, a CPA procurou ensaiar uma nova linguagem de apresentação dos diagnósticos no contexto institucional. Para tal, buscou utilizar a linguagem somativa, adotada nos instrumentos de avaliação institucional externa e avaliação de cursos, para constituir referenciais aos avaliadores externos designados pelo INEP, articulada a uma linguagem formativa, destacando na avaliação interna, os aspectos fortes e os pontos a melhorar nos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Superior na Instituição, para orientar e regular a expansão de sua oferta, qualidade, eficácia e efetividade acadêmica e social da Instituição. Na formulação de juízo de valor, os critérios adotados pela CPA, para a comunidade avaliar a instituição, foi a escala de conceitos de 0 a 5. O conceito cinco (5) refere-se ao descritor “ótimo”, quatro (4) ao “bom”, três (3) ao regular, dois (2) ao ruim, um (1) ao péssimo e zero (0) ao inexistente.

No caso da informação voltada para a tomada de decisão, o objetivo fundamental da avaliação volta-se para proveito no processo de tomada de decisão da gestão educacional. A lógica da avaliação centra-se no provimento de informações para a ação. Sua principal justificativa é colaborar para a racionalização da tomada de decisão. Destarte, a avaliação/juízo de valor constitui-se num mecanismo de comunicação oportuno para propor

decisões de melhoria, classificar o processo e os resultados, orientar o processo de gestão organizacional, avaliar a qualidade e certificar seu valor perante a comunidade.

## 5. RESULTADOS

Segundo seu Regimento Interno, cabe à CPA da Instituição em questão o assessoramento e acompanhamento da execução da Política de Avaliação Institucional da Educação Superior, observada a legislação pertinente. O objetivo da avaliação institucional, a partir das 10 dimensões propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), visa verificar a efetividade acadêmica e social da Instituição para regular a oferta deste nível de educação.

Compete à CPA assessorar e operacionalizar os processos avaliativos, acompanhar a execução das Políticas Institucionais, observada a legislação pertinente, conduzir os processos de avaliação interna, sistematizar os processos de avaliação interna, prestar informações sobre a avaliação institucional ao INEP, sempre que solicitadas, observando as dimensões indicadas pelo SINAES.

A CPA apresenta como atribuições realizar a avaliação institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, com o objetivo de identificar o perfil do Instituto e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. Além dessas atribuições, desenvolve atividades no sentido de analisar as avaliações dos diferentes segmentos da comunidade, no âmbito da sua competência, desenvolver estudos e análises, visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional, propondo projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional, colaborando, dessa forma, com os órgãos próprios do IFPE, no planejamento dos programas de avaliação Institucional.

A composição da CPA, designada Conselho Superior (CONSUP), é constituída por: I. Um representante dos Técnico- Administrativos por *Campus* que ofereça curso superior e seu suplente; II. Um representante dos Docentes por *Campus* que ofereça curso superior e seu suplente; III. Um representante dos alunos por *Campus* que ofereça curso superior e seu suplente; IV. Um representante da Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino e seu suplente; V. Um representante da sociedade civil e seu suplente.

Os membros docentes são escolhidos entre seus pares, os demais representantes são indicados pela Direção Geral dos *Campi* e encaminhados à Reitoria para serem referendados pelo Reitor(a). A presidência poderá ser exercida por um docente ou técnico-administrativo, sendo escolhido pelos membros da Comissão. A secretaria da comissão é exercida por um docente ou técnico-administrativo, sendo escolhido pelos membros da Comissão.

Diante dos aspectos e natureza da avaliação interna apresentados, no contexto de revisão do Projeto de Avaliação Institucional, como citado anteriormente, identificou-se a abordagem da “avaliação democrática” de Barry MacDonald. Dessa forma, a Instituição, através do desenvolvimento da avaliação interna, também reconhece, alinha-se e promove o princípio da gestão democrática da educação pública, umas das diretrizes do novo Plano Nacional de Educação (PNE) publicado na Lei 13.005/14.

No primeiro ano de referência da aplicação da nova metodologia, estiveram envolvidos diretamente na Avaliação Interna o seguinte quantitativo de pessoas, distribuídas por segmento da comunidade universitária da Instituição:

**Tabela 1** – Participação da comunidade universitária na (AI) 1º ano do ciclo

Segmento	Quantitativos de	Instrumento de	<i>Campi</i>
----------	------------------	----------------	--------------

	<b>avaliadores</b>	<b>avaliação</b>		
<i>Discente</i>	903	Formulário de avaliação	7	
<i>Docente</i>	131	Formulário de avaliação	7	
<i>Técnico-administrativo</i>	34	Formulário de avaliação	7	
<b>Sub-total</b>	<b>1068</b>	-----	<b>Cursos</b>	<b>Polos</b>
<i>Discente</i>	468	Rodas de Conversas	14	6
<i>Docente</i>	167	Rodas de Conversas	11	---
<i>Técnico-administrativo</i>	19	Rodas de Conversas	11	---
<b>Sub-total</b>	<b>654</b>	-----		

Fonte: CPA – 2015.

Os números, no quadro, caracterizam a participação da comunidade universitária da Instituição na avaliação interna, no primeiro ano de referência no ciclo. Apenas com o processo de avaliação, por meio do instrumento “Formulário de Avaliação”, participaram, do segmento discente, 903 pessoas, cerca de 1/3 do total de alunos matriculados nos cursos superiores na Instituição. Se acrescido o número de alunos, que participaram nas Rodas de Conversa, esse número chega a 1371. Embora, vários destes alunos que participaram nas Rodas de Conversas, tenham participado, também, diretamente da coleta de dados do instrumento “Formulário de Avaliação”.

Do total de 483 professores envolvidos com a educação superior, 298 participaram diretamente da avaliação, representando uma participação deste segmento de cerca de mais de 50% do total do corpo docente. Já, entre os técnico-administrativos, a avaliação alcançou 50 servidores. É preciso lembrar que, para estes dois segmentos, foram contadas suas participações nas Rodas de Conversas e na coleta de dados dos formulários. Destaque-se, também, que o segmento técnico-administrativo apresenta um número bem inferior em relação aos outros dois segmentos na Instituição. Diante dos números apresentados e da utilização do princípio da adesão voluntária, a CPA da Instituição reconhece o processo de avaliação deste primeiro ano de referência como uma experiência exitosa, uma vez que este ano em especial representa a consolidação da transição para uma nova proposta de avaliação no contexto institucional.

Tabela 2 – Participação da comunidade universitária na (AI) 2º ano do ciclo

Segmento	<b>Quantitativos de avaliadores</b>	<b>Instrumento de avaliação</b>		<i>Campi</i>
<b>Discente</b>	1047	Formulário de avaliação	7	
<b>Docente</b>	268	Formulário de avaliação	7	
<b>Técnico-administrativo</b>	223	Formulário de avaliação	7	
Sub-total	<b>1538</b>	-----	<b>Cursos</b>	<b>Polos</b>
<b>Discente</b>	455	Rodas de Conversas	9	6
<b>Docente</b>	212	Rodas de Conversas	17	---
<b>Técnico-administrativo</b>	219	Rodas de Conversas	---	---
Sub-total	<b>886</b>	-----		

Fonte: CPA – 2015.

Os números no quadro caracterizam a participação da comunidade acadêmica da Instituição na avaliação interna, no ano segundo ano do ciclo. Apenas com o processo de avaliação por meio do instrumento “Formulário de Avaliação”, participaram do segmento discente 1047 pessoas. Se acrescido o número de estudantes que participaram nas Rodas de Conversa, esse número chega a 1.502, cerca de aproximadamente metade do total de estudantes matriculados nos cursos superiores na Instituição. Embora vários destes estudantes

que participaram nas Rodas de Conversas, tenham participado, também, diretamente da coleta de dados do instrumento “Formulário de Avaliação”.

Do total de 412 professores envolvidos com a educação superior, 268 participaram diretamente da avaliação no formulário de avaliação e 212 nas rodas de conversas, representando uma participação deste segmento de 62,62% do total do corpo docente. Já entre os técnico-administrativos, a avaliação alcançou 219 servidores nas rodas de conversas e 223 no formulário de avaliação, um crescimento, em relação ao 1<sup>a</sup> ano de ciclo avaliativo, em torno de 1.153% de participação deste segmento.

No geral, no 1<sup>o</sup> ano do ciclo avaliativo, o total de pessoas da comunidade universitária que estiveram envolvidas no processo de avaliação interna chegou a 1722 participantes. No segundo ano do ciclo a participação manteve-se estável e consolidou um crescimento importante em relação ao primeiro ano ciclo, alcançando 2.224 participantes da comunidade universitária da instituição.

O desenvolvimento deste instrumento nos dois primeiros anos do ciclo avaliativo foi exitoso. O intuito com esta atividade, além de avaliar a Instituição, foi de aproximar mais a CPA da comunidade e de humanizar a avaliação, dialogando com a comunidade, no sentido de superar um dos maiores obstáculos das políticas públicas, em especial de avaliação, ouvir o beneficiário.

Os impactos das mudanças na imagem da avaliação interna e da CPA não tardaram a vir. Os resultados da avaliação passaram a ter agilidade e ampla divulgação. A gestão passou a visualizar e a incorporar os diagnósticos da avaliação no planejamento institucional. Fato diagnosticado nas avaliações externas de curso e institucional coordenadas pelo INEP. Neste quesito, os conceitos obtidos com os esforços da CPA passaram de dois (2) para quatro (4) e cinco (5), numa escala de um (1) a cinco (5), no último ano. A participação da comunidade foi outro aspecto importante. Antes, até o ano de 2013, eram aproximadamente 150 pessoas envolvidas; no primeiro ano de implantação da nova metodologia, perto de 1700 pessoas.

A estratégia de divulgação dos resultados da avaliação, desde o último ato regulatório, caracterizou-se por meio da realização de reuniões com a comunidade universitária nos auditórios dos *Campi* que ofertam educação superior. Além das reuniões com os gestores em nível dos *Campi* e da Reitoria, para apresentar os diagnósticos e as recomendações oriundas da avaliação interna. Os resultados foram contextualizados em nível do Instituto, dos *Campi* e dos cursos.

No momento atual, a composição atual da CPA da Instituição adotou a seguinte estratégia de divulgação dos resultados: 1. Postagem do relatório parcial no INEP; 2. Reunião com os gestores da Reitoria e com o corpo discente, para apresentar os diagnósticos e recomendações oriundos da avaliação; 3. Reunião com os coordenadores dos cursos superiores e suas respectivas direções de ensino, colegiados, para apresentar os diagnósticos e recomendações oriundos da avaliação.

A partir das discussões dessas reuniões, foi estabelecido na Instituição, a partir do mês de abril do ano de 2016, o sistema de monitoramento das ações institucionais decorrentes da avaliação, que fixou prazos para a resolução dos problemas encontrados, circunscritos ao ciclo avaliativo indicado pelo INEP [Ano 2015 a 2017]. Caso estas questões não sejam equacionadas no ciclo, no relatório final foram/serão postadas todas as ações não equacionadas e suas justificativas, para fins da regulação externa.

Em paralelo a este movimento, a CPA iniciou o provimento do detalhamento do relatório parcial à comunidade acadêmica, com o envio dos diagnósticos da avaliação, de acordo com o grau de interesses dos segmentos, por meio dos e-mails cadastrados, reuniões com as coordenações, colegiados e corpo discente dos cursos superiores. Além disso, vem promovendo a devolutiva da avaliação através de Rodas de Conversas nos cursos, para discutir e realizar a meta-avaliação com a comunidade, a fim de aprimorar os instrumentos e a

própria avaliação interna.

Quanto ao tratamento dos dados, estes foram e ainda continuam sendo realizados numa abordagem qualitativa, sobretudo, quando relacionado à sistematização de dados da instituição referentes ao perfil dos discentes, docentes e dos técnico-administrativos. O Objetivo foi/é proporcionar, ao longo do ciclo avaliativo, informações para subsidiar as discussões na Instituição, a respeito de sua organização institucional, da sua missão e responsabilidade social, para orientar a sua oferta e expansão e qualificar sua eficácia e efetividade acadêmica e social. A CPA da Instituição, como demonstrado na seção metodologia, focalizou seus esforços na formulação de uma nova abordagem e na análise crítica dos trabalhos de avaliação interna realizados anteriormente, nos anos de 2010 a 2013.

## 6. CONCLUSÃO

A apresentação dos resultados da experiência do desenvolvimento do modelo de avaliação democrática na modalidade de avaliação institucional interna no âmbito de uma Instituição Federal de Educação de Educação Profissional, destacando o esforço da Comissão Própria de Avaliação (CPA) em desenvolver um processo de ‘inovação educativa’ (HOUSE, 2000), demonstra como é necessário refletir e revisitar constantemente o desenvolvimento das práticas de avaliação institucional.

Isso se faz em momento oportuno, como o III Simpósio de Avaliação da Educação Superior. A avaliação propriamente dita objetiva trazer amplo conhecimento da realidade institucional e um amplo conhecimento da divulgação de suas atividades, articulando, numa perspectiva democrática, a participação da comunidade universitária no processo de avaliação.

Assim sendo, as estratégias de planejamento, de sensibilização, de coleta, de análise, de interpretação e de comunicação dos resultados do processo de avaliação interna, bem como a regulação e supervisão interna, devem ser repensadas constantemente no âmbito das Comissões Próprias de Avaliação.

Com base nisso, constata-se que há um caminho sinuoso a ser percorrido rumo à excelência no quesito avaliação institucional, porém se constituirá em importante ferramenta de acompanhamento de gestão, para se caminhar adiante no aprimoramento das atuais práticas de avaliação. Embora, reconheça-se que a mudança almejada esbarre no conflito provocado pelo esforço de apropriação de uma ‘nova’ mentalidade e percepção no tocante ao sentido, alcance e usos da avaliação no contexto da educação superior.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências.

BRASIL. MEC. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. (Publicada no DOU nº 132, de 17.07.2004, Seção 1, página 12). **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Roteiro de Autoavaliação Institucional: orientações gerais**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Brasília, 2004.

HOUSE, E. R. **Evaluación, ética y poder**. Madri: Morata, 2000.

MACDONALD, B. La Evaluación Como Profesión de Servicio Público: Perspectivas de Futuro. In: Sáez, M. (coord.). **Conceptualizando la Evaluación en España**. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá de Henares, 1995.

PARLETT, M; HAMILTON, D. *Evaluation as illumination: A new approach to the study of innovatory programmes*. Work, nº 9, Centre for Research in the Educational Sciences, University of Edinburgh, 1972.

SCRIVEN, M. *The Methodology of evaluation*, In: TYLER, R. W. GAGNE, R. M. y SCRIVEN, M. Perspectives of curriculum evaluation, **American Educational Research Association Monograph Series on Curriculum Evaluation** nº 1, Chicago, Rand McNally, 1967.

SILVA, A. L. Avaliação institucional no SINAES: avanços, impasses e perspectivas. Recife, 2015, s/p, Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação (CE), Universidade Federal de Pernambuco.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Sage Publications. Thousand Oaks, Califórnia, 1994.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STAKE, R. E. *The countenance of educational evaluation*. *Teachers College Record*, 68, nº7, p.523-540, 1967.